

◆1-Política Econômica

A crise argentina e os interesses brasileiros⁽¹⁾

A crise da Argentina tem tido uma evolução ambígua no que diz respeito ao seu impacto sobre o Brasil. Por um lado, o fim da convertibilidade removeu um dos principais obstáculos a uma maior integração, representado pela existência de regimes cambiais praticamente antagônicos, o que tinha representado uma fonte sistemática de atritos entre os dois países, ao longo dos últimos anos. Por outro, o agravamento da recessão tem gerado uma preocupação crescente, não apenas entre as empresas brasileiras que têm vínculos com o país vizinho, mas também em nível oficial. Essa preocupação está ligada à possibilidade de que, contrariamente ao que aconteceu em alguns episódios recentes de mudança de regimes cambiais (México em 1995 ou Coréia do Sul um par de anos depois) em que, após uma queda drástica do PIB, este se recuperou rapidamente no ano seguinte ao da crise, a Argentina ingresse numa espiral descendente e sua situação continue piorando, sem perspectivas de recuperação.

Esse receio tem certa justificativa. Em primeiro lugar, a crise política do país, depois de algumas semanas de relativa calma logo após a posse do novo Presidente, Eduardo Duhalde e do apoio que este recebeu da até então governante União Cívica Radical, voltou a se agravar. Em segundo lugar, a reação inicial do Fundo Monetário Internacional (FMI) às propostas do Governo argentino foi fria, o que tem adiado o recebimento de uma ajuda externa da dimensão requerida pela gravidade da situação. Em terceiro lugar, a tensão social tem aumentado, com a repetição de episódios de violência física contra algumas personalidades, contra agências bancárias e durante passeatas que embora inicialmente pacíficas, acabam por vezes fora do controle dos organizadores. Ao mesmo tempo, o estado de certa confusão jurídica em que vive o país, com a) os contratos de concessão de serviços públicos tendo sido quebrados sem que até agora tenha se estabelecido uma negociação de compensações; b) a queda de braço entre o Governo e as empresas produtoras de petróleo em torno da margem de manobra que estas têm para praticar aumentos; c) as sucessivas mudanças dos dispositivos que regulam o uso das poupanças retidas (o chamado “*corralito*”); e d) a possibilidade de *impeachment* da Corte Suprema de Justiça (equivalente ao Supremo Tribunal Federal no Brasil) obviamente tendem a desestimular, em um primeiro momento, a realização de novos investimentos, até que o marco jurídico em que se movem as empresas, isto é, as “regras do jogo” do sistema, fiquem mais claras.

Foi nesse contexto que pode ser qualificado de “rarefeito”, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso participou em fevereiro da mais recente cúpula do Mercosul, tendo tido uma participação

importante na nota de apoio dos países do bloco e antecipando em um dia a sua chegada, para ter uma reunião bilateral com as autoridades argentinas, antes do início do encontro regional. Na ocasião, além da demonstração de solidariedade para com o vizinho, o Presidente da República acenou com a possibilidade de o Brasil vir a dar no futuro algum tipo de apoio financeiro, por exemplo na forma de concessão de financiamentos do BNDES a empresas brasileiras interessadas em investir na Argentina.

A situação do Brasil, na sua relação com o principal parceiro do bloco, é delicada. É evidente que, entre os países emergentes de certo porte, o país tende a ser o mais afetado se a crise argentina se agravar. Mesmo que o contágio seja relativamente confinado, é impossível que a economia real permaneça inteiramente ilesa diante de uma situação em que o vizinho mais importante pode vir a ter uma queda do PIB que não se descarta que atinja uma taxa da ordem de 10 %, o que claramente faz com que o Brasil seja parte interessada em encontrar uma solução para a crise. Ao mesmo tempo, é muito difícil pretender que empresas façam novos investimentos com um quadro desses e, da mesma forma, há problemas óbvios em emprestar recursos para um país que está formalmente em moratória e que ainda não está em negociação para superar essa situação.

A posição brasileira a respeito dessas questões deverá ir se consolidando com o passar do tempo, à medida que a crise argentina for evoluindo; que o panorama político ficar mais claro; e que o novo Embaixador no país (recentemente nomeado) vá estabelecendo contatos formais com seus interlocutores. Uma posição que é possível que ganhe força nos próximos meses é a de irem avançando os estudos para medidas mais arrojadas (como por exemplo as da mencionada linha de crédito) para ter alternativas já definidas uma vez que as incertezas no país vizinho diminuam um pouco de intensidade. Nesse caso, aquelas empresas brasileiras que estiverem dispostas a correr o risco, poderão fazer excelentes negócios na Argentina, pois o preço de compra dos ativos, face à recessão e à cotação do dólar no país vizinho, será extremamente barato, permitindo a perspectiva de uma excepcional rentabilidade em caso de superação da crise.

Vale ressaltar como pontos positivos a recente assinatura do pacto fiscal com as províncias e a aprovação do orçamento de 2002 pela Câmara. Como reação às novas medidas, o FMI informou que está disposto a iniciar as negociações para um novo acordo de empréstimo com a Argentina.

ÍNDICE

◆2 - Nível de Atividade: PIB cresceu 1,5% em 2001.....	2
◆3 - Inflação: A evolução dos preços em fevereiro.....	3
◆4 - Finanças Públicas: As NFSP em janeiro de 2002.....	4
◆5 - Mercado Financeiro: Banco Central reduz a taxa de juros básica.....	5
◆6 - Setor Externo: A balança comercial em fevereiro.....	6
◆7 - Operações do BNDES e da FINAME.....	7
◆8 - Anexo Estatístico.....	9

(1) Escrito por Fabio Giambiagi, Gerente da Área de Planejamento do BNDES.

◆2 - Nível de Atividade

O PIB cresceu 1,5% em 2001

O crescimento real do PIB em 2001 foi de 1,51% em relação a 2000, confirmando as expectativas do mercado, que previam um aumento entre 1,5% e 2,0%. Essa elevação foi inferior à registrada em 2000, onde a economia brasileira cresceu 4,36%, ante 1999.

Esse resultado decorreu, principalmente, da expansão real do PIB dos setores Agropecuário e Serviços, com taxas de 5,11% e 2,52%, respectivamente. O PIB da Indústria, por sua vez, apresentou uma queda real de 0,58%. Entretanto, o desempenho na Indústria não ocorreu de maneira uniforme, pois, enquanto setores como Extrativa Mineral e Transformação subiram respectivamente 3,44% e 0,58%, a Construção Civil e os Serviços Industriais de Utilidade Pública tiveram, respectivamente, quedas de 2,62% e 5,49%. Já nos Serviços, todos os setores apresentaram taxas positivas nessa comparação, destacando-se Comunicações com crescimento de 11,92%.

O PIB no quarto trimestre de 2001 mostrou um declínio de 1,67% (taxa dessazonalizada), ante o trimestre imediatamente anterior – ver Tabela 1.1 e Gráfico 2.1. Nessa comparação apenas o setor Agropecuário cresceu, apresentando uma elevação de 3,21%. Já a Indústria e os Serviços declinaram 1,59% e 0,16%, respectivamente.

Em relação ao mesmo trimestre de 2000, houve uma queda de 0,69% do quarto trimestre de 2001. O setor Agropecuário apresentou o melhor desempenho nesse tipo de comparação, obtendo um crescimento de 9,92%. O setor de Serviços registrou um crescimento de 1,75% no quarto trimestre de 2001, contra o mesmo trimestre de 2000. No entanto, a Indústria mostrou um declínio de 5,48% no período.

Para 2002, a expectativa do mercado é de uma taxa de crescimento acima de 2,0% – ver Anexo Estatístico.

O recente corte na taxa de juros pelo Banco Central na última reunião do Copom alimenta ainda mais as expectativas de um desempenho mais expressivo da economia brasileira em 2002 em relação a 2001.

O INA de janeiro de 2002

Segundo a FIESP, o INA apresentou em janeiro um aumento dessazonalizado de 1,2% ante dezembro. Contra o mesmo mês de 2001, houve um declínio de 5,7%.

A taxa de desemprego em janeiro

Em janeiro, a taxa de desemprego aberto do IBGE foi de 6,8%, contra os 5,7% de igual mês de 2001 – ver Gráfico 2.2. Essa taxa de janeiro de 2002 excede à taxa média de desemprego registrada em 2001, de 6,2%.

GRÁFICO 2.1
PIB TRIMESTRAL
ÍNDICE COM AJUSTE SAZONAL
JAN 98 = 100

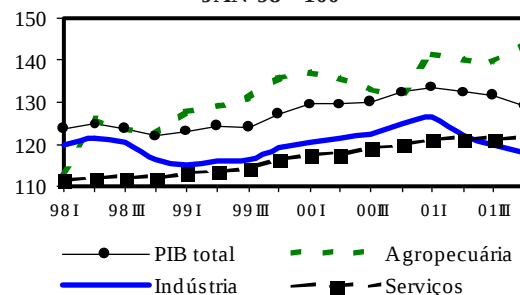


GRÁFICO 2.2
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - IBGE(%)

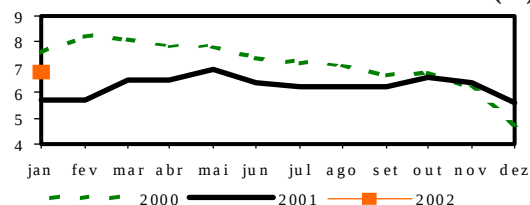


TABELA 2.1
EVOLUÇÃO DO PIB TRIMESTRAL

	PIB total		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
98 I	1,43	0,36	2,40	1,06	0,66	0,07	1,88	0,67
II	1,38	0,82	4,86	0,23	0,44	0,61	1,64	0,54
III	-0,44	-1,19	-2,98	-4,90	-2,21	-1,60	1,15	0,05
IV	-1,43	-0,75	3,48	9,10	-4,49	-2,57	-0,20	-0,89
99 I	-0,36	0,28	6,89	1,72	-4,09	-1,14	1,40	1,19
II	-0,36	1,32	6,94	0,02	-3,52	1,68	0,98	0,64
III	0,50	0,20	11,81	1,49	-2,10	0,85	1,16	0,66
IV	3,42	1,65	4,03	2,52	3,39	2,11	4,05	1,06
00 I	4,07	1,29	6,97	1,46	5,49	0,83	3,41	0,96
II	4,52	1,43	7,59	0,65	5,10	1,26	3,62	0,95
III	5,11	1,14	3,89	0,25	4,65	1,79	4,45	1,05
IV	3,73	1,77	-4,06	-0,57	4,88	2,11	3,43	0,90
01 I	4,33	0,95	5,08	6,73	5,43	1,05	3,14	0,77
II	2,07	-0,77	3,24	-0,76	0,42	-3,23	3,12	0,21
III	0,50	-0,83	3,30	-0,60	-2,03	-1,80	2,10	-0,07
IV	-0,69	-1,67	9,92	3,21	-5,48	-1,59	1,75	-0,16

Fonte: IBGE.

Notas: (1) Taxa de variação (%) em relação a igual trimestre do ano anterior. (2) Taxa de variação dessazonalizada (%), contra trimestre imediatamente anterior.

◆3 - Inflação

Índices de Preços de Janeiro e Núcleo de Inflação

O IGP-DI de janeiro apresentou uma variação de 0,19% e o IPC-PIPE, de 0,57%; contra 0,18% e 0,25%, respectivamente, em dezembro de 2001 - ver Tabela 3.1. O IPCA apresentou o valor de 0,52% em janeiro, inferior aos 0,65% registrados em dezembro de 2001. A inflação média desses três índices de preço foi de 0,43% em janeiro, superior à média de 0,36% registrada em dezembro. No acumulado em 12 meses até janeiro, a média desses índices mostrou uma variação de 8,34%, ligeiramente inferior aos 8,40% registrados no ano de 2001 - ver Gráfico 3.1.

O núcleo de inflação atingiu o valor mensal de 0,73% em janeiro, superior aos 0,71% de dezembro - ver Tabela 3.2. No acumulado em 12 meses até janeiro, o núcleo de inflação apresentou uma variação de 7,41%, acima dos 7,10% registrados no acumulado do ano passado - ver Gráfico 3.2.

A evolução dos preços em fevereiro

O Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrissemana de fevereiro, uma variação nos preços de 0,28%, ligeiramente inferior ao 0,30% registrado na segunda prévia de fevereiro.

O principal item de aumento foi a Saúde, com elevação dos preços de 1,17%. Os dois principais itens do índice, Habitação e Alimentação, apresentaram aumentos de 0,49% e 0,85%, com contribuições de 0,160 e 0,192 ponto percentual, respectivamente. Dois itens mostraram deflação nesse período: Transportes, com uma queda de 1,02%; e Vestuário, com redução de 0,41%. Educação apresentou um crescimento de 0,78%, mas o item de Despe-

TABELA 3.1
INFLAÇÃO MENSAL (%)

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	IPCA	FIPE	Média
jan01	0,49	0,57	0,38	0,48
fev	0,34	0,46	0,11	0,30
mar	0,80	0,38	0,51	0,56
abr	1,13	0,58	0,61	0,77
mai	0,44	0,41	0,17	0,34
jun	1,46	0,52	0,85	0,94
jul	1,62	1,33	1,21	1,39
ago	0,90	0,70	1,15	0,92
set	0,38	0,28	0,32	0,33
out	1,45	0,83	0,74	1,01
nov	0,76	0,71	0,61	0,69
dez	0,18	0,65	0,25	0,36
jan02	0,19	0,52	0,57	0,43

GRÁFICO 3.1
INFLAÇÃO
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES (%)

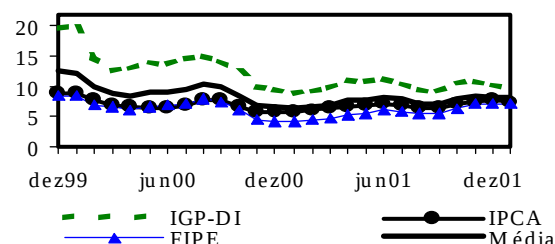


GRÁFICO 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES

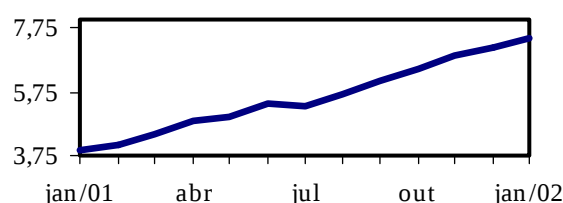


TABELA 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)

	IPC/FGV		NÚCLEO	
	Mês	12 meses	Mês	12 meses
jan/01	0,64	5,82	0,44	3,93
fev	0,40	6,19	0,36	4,12
mar	0,56	6,25	0,53	4,43
abr	0,86	6,89	0,64	4,82
mai	0,41	6,90	0,52	4,96
jun	0,52	7,47	0,56	5,38
jul	1,36	6,89	0,70	5,33
ago	0,54	6,55	0,59	5,67
set	0,12	6,64	0,50	6,06
out	0,71	7,37	0,56	6,43
nov	0,85	7,85	0,77	6,88
dez	0,70	7,94	0,71	7,10
jan/02	0,79	8,10	0,73	7,41

sas Pessoais permaneceu estável.

A Fipe projeta para fim de fevereiro uma taxa mensal de 0,20%, abaixo do verificado em janeiro, quando registrou 0,57%. Para 2002, a Fipe projeta uma inflação de 4,00%, significativamente abaixo dos 7,13% registrados em 2001.

O IGP-M

Em fevereiro, o IGP-M registrou uma relativa estabilidade, com uma taxa de variação de 0,06%, abaixo dos 0,36% registrados em janeiro. Com esse resultado, o IGP-M acumulou em 12 meses até fevereiro uma taxa de variação de 9,92%.

O IPC-M e o INCC-M registraram altas de 0,29% e 0,31%, respectivamente, em fevereiro. O IPA-M, por sua vez, apresentou uma modesta deflação de 0,09% no período.

◆4 - Finanças Públicas

As NFSP em janeiro de 2002

O déficit público nominal – sem considerar a desvalorização nominal – foi de 2,56% do PIB em janeiro de 2002, ante os 2,90% do PIB de igual mês de 2001 – ver Tabela 4.1.

As despesas com os juros nominais sobre a dívida pública atingiram 7,84% do PIB no período, contra os 8,92% do PIB de janeiro de 2001.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 5,28% do PIB em janeiro de 2002, ante um superávit de 6,02% do PIB em igual mês do ano anterior.

A evolução das receitas federais

Segundo a Secretaria da Receita Federal (SRF), a arrecadação apresentou uma expansão real de 18% em janeiro de 2002, ante o mesmo mês de 2001 – ver Tabela 4.2.

A participação dos títulos públicos por indexador

A participação dos títulos indexados ao câmbio no total de títulos públicos federais aumentou em janeiro de 2002, passando para 29,4% do total, ante os 28,6% de dezembro de 2001 – ver Tabela 4.3. Os títulos

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1)(2) - em % do PIB SEM DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL

	2001		2002
	jan	Ano	jan
Nominal	2,90	3,55	2,56
Governo Central	3,44	2,06	-1,76
Governo Federal	3,34	2,19	-1,43
Banco Central	0,10	-0,13	-0,33
Governos Regionais	0,37	2,04	1,20
Governos Estaduais	0,86	1,94	0,93
Governos Municipais	-0,49	0,10	0,28
Empresas Estatais	-0,92	-0,55	3,12
Empresas Estatais Federais	-0,67	-0,66	2,69
Empresas Estatais Estaduais	-0,25	0,10	0,39
Empresas Estatais Municipais	0,00	0,01	0,04
Juros Nominais	8,92	7,30	7,84
Governo Central	6,26	3,98	5,07
Governo Federal	6,19	4,16	5,42
Banco Central	0,07	-0,18	-0,35
Governos Regionais	2,49	2,94	2,07
Governos Estaduais	2,13	2,56	1,81
Governos Municipais	0,36	0,38	0,26
Empresas Estatais	0,17	0,39	0,69
Empresas Estatais Federais	-0,06	-0,03	0,10
Empresas Estatais Estaduais	0,21	0,40	0,58
Empresas Estatais Municipais	0,01	0,02	0,02
Primário	-6,02	-3,76	-5,28
Governo Central	-2,81	-1,92	-6,83
Governo Federal	-3,53	-3,04	-7,88
Banco Central	0,03	0,05	0,02
INSS	0,69	1,07	1,03
Governos Regionais	-2,12	-0,90	-0,87
Governos Estaduais	-1,27	-0,62	-0,89
Governos Municipais	-0,85	-0,28	0,01
Empresas Estatais	-1,09	-0,94	2,43
Empresas Estatais Federais	-0,61	-0,63	2,59
Empresas Estatais Estaduais	-0,46	-0,30	-0,19
Empresas Estatais Municipais	-0,02	-0,01	0,02

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-)=superávit

(2) Fluxos valorizados para o último mês do período, com base no IGP-DI.

indexados à taxa over/SELIC continuaram apresentando a maior participação, que foi de 52,6% do total em janeiro de 2002. Os títulos pré-fixados, por sua vez, registraram uma participação de 7,6% do total, no período.

A dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 51,2% em janeiro de 2002 – ver Tabela 4.4. Incluindo-se a base monetária, a dívida líquida foi de 55,2% do PIB.

TABELA 4.2
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS a preços de janeiro de 2002

A no	Arrecadação (R \$ milhões)		Variação (%)	
	Dez	Jan	Jan 02 / Dez 01	Jan 02 / Jan 01
2001	18314	19254	-	-
2002	-	22681	23,8	17,8

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

TABELA 4.3
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS: PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

Indexadores	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002(jan)
Câmbio	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	21,7	28,6	29,4
SELIC	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,4	52,8	52,6
Pre-fixados	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,3	7,8	7,6
IGP/IGP-M	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,9	7,0	6,8
Outros	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	4,7	3,8	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100

Fonte: Banco Central.

TABELA 4.4
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1998	1999	2000	2001	2002 (jan)
Dívida interna	32,5	34,4	35,4	38,4	40,1
Governo Central	17,2	17,7	19,2	20,5	21,6
Gov. estaduais e municipais	14,0	15,5	15,3	17,5	17,6
Empresas estatais	1,3	1,2	0,9	0,4	0,9
Dívida externa	6,4	10,4	9,7	10,6	11,1
Governo Central	4,3	8,0	7,5	8,4	8,8
Gov. estaduais e municipais	0,7	0,9	0,9	1	1,0
Empresas estatais	1,4	1,5	1,3	1,2	1,3
Dívida total	38,9	44,8	45,1	49,0	51,2
Governo Central	21,5	25,7	26,7	28,9	30,4
Gov. estaduais e municipais	14,7	16,4	16,2	18,5	18,6
Estados	12,7	14,2	14,1	16,4	16,5
Municípios	2,0	2,2	2,1	2,1	2,1
Empresas estatais	2,7	2,7	2,2	1,6	2,2
Federais	0,5	0,3	-0,4	-1,2	-0,7
Estaduais	2,1	2,2	2,4	2,6	2,7
Municipais	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Base monetária	4,4	4,6	4,2	4,3	4,0
Dívida total com base monetária	43,3	49,4	49,3	53,3	55,2

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

◆5 - Mercado Financeiro

O Banco Central reduz a taxa de juros básica

Na última reunião do Copom - realizada ao longo dos dias 19 e 20 de fevereiro - o Banco Central decidiu reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, de 19,0% ao ano para 18,75%. A decisão tomou como base as perspectivas favoráveis da evolução da inflação no longo prazo. A novidade foi a consideração da meta de 2003 na fixação da atual taxa de juros. Isto decorreu das defasagens temporais do mecanismo de transmissão de política monetária, que seria de 12 a 18 meses no Brasil, segundo a Carta Aberta de Arminio Fraga para explicar a inflação de 2001, acima da meta para aquele ano.

A evolução da cotação do petróleo

A cotação do petróleo apresentou ao longo do mês de fevereiro uma leve tendência de alta: o preço da cesta fechou o mês em US\$ 20,03 ante os US\$ 18,35 de final de janeiro – ver Gráfico 5.1.

Combinação de boas notícias traz otimismo ao mercado

Uma combinação de fatores vem trazendo otimismo ao mercado financeiro. Após a redução dos juros pelo Copom, houve uma sucessão de boas notícias: i) a decisão da Moody's de elevar para "positiva" a perspectiva do *rating* do Brasil; ii) a aprovação pela Câmara da isenção da CPMF para as bolsas; e iii) na Argentina, a assinatura do pacto fiscal entre o Governo Federal e as províncias e a aprovação do orçamento para 2002 pela Câmara. Esses fatores positivos vêm viabilizando um recuo dos juros no mercado futuro e a redução da cotação cambial.

Vale ressaltar também a revisão do crescimento do PIB dos EUA no quarto trimestre de 2001, que passou de uma taxa anualizada de 0,2% para 1,4%, segundo o Departamento de Comércio. Para 2002, a projeção do FED é de um crescimento de 2,5 a 3,0% do PIB dos EUA.

No mercado futuro, as taxa de juros DI, anualizadas, projetadas para março, abril e maio de 2002 fecharam, em 28/02, em 18,52%, 18,36% e 18,25%, respectivamente.

A evolução da taxa de câmbio

No dia 28/02, a cotação da Ptax (venda) foi de R\$ 2,3482, ante os R\$ 2,4183 registrados no final do mês de janeiro, o que representou uma queda de 2,9% no mês – ver Gráfico 5.2. Os contratos de US\$ futuro com fechamento em primeiro de abril tiveram em 28/02, uma cotação de R\$ 2,3809.

Descolamento entre Brasil e Argentina continua

Prossegue o clima de incerteza quanto aos desdobramentos da crise argentina. Entretanto, vale ressaltar a continuidade do "descolamento" do *spread* de risco soberano do Brasil em relação ao argentino; movimento iniciado no final do mês de outubro - ver Gráfico 5.3 e Tabela 5.1.

GRÁFICO 5.1
PREÇO DA CESTA DE PETRÓLEO

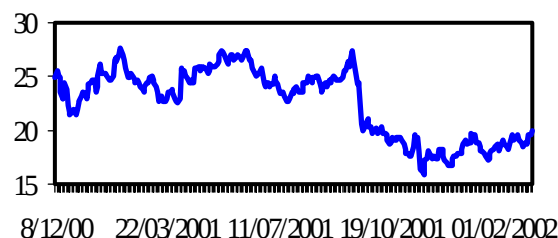


GRÁFICO 5.2
Ptax VENDA

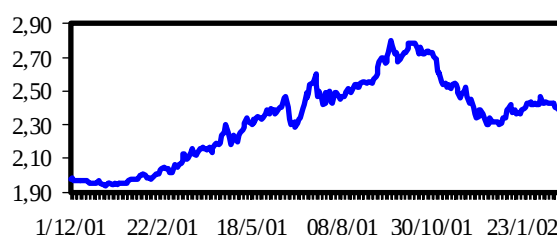


GRÁFICO 5.3
SPREAD DE RISCO SOBERANO
EVOLUÇÃO DIÁRIA

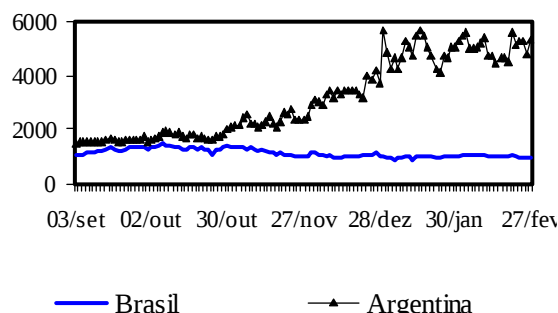


TABELA 5.1
SPREAD DE RISCO SOBERANO

Mês	Médias Mensais: Par-bond		
	Brasil	Argentina	México
1999	1233	901	769
2000	895	857	423
jan/01	875	891	421
fev/01	848	901	479
mar/01	895	1075	487
abr/01	966	1181	464
mai/01	991	1181	392
jun/01	979	1129	348
jul/01	1093	1552	387
ago/01	1095	1648	403
set/01	1244	1585	459
out/01	1333	1801	477
nov/01	1158	2416	424
dez/01	1022	3564	351
jan/02	980	4854	356
fev/02	1024	5048	334

◆6 - Setor Externo

A Balança Comercial em Fevereiro

A balança comercial registrou em fevereiro um superávit de US\$ 259 milhões, com exportações de US\$ 3,658 bilhões e importações de US\$ 3,399 bilhões. Com esse resultado, o superávit comercial acumulado no ano de 2002 foi de US\$ 434 milhões. No acumulado em 12 meses até fevereiro, as exportações apresentaram um crescimento de 2,0%, e as importações, uma queda de 6,0% - ver Gráfico 6.1.

Exportações e Importações Desagregadas em Janeiro

Em janeiro de 2002, as exportações apresentaram uma queda de 12,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações mostraram um resultado mais acentuado, com uma redução de 24,3% em janeiro de 2002, ante janeiro do ano passado - ver Tabelas 6.1 e 6.2.

As exportações de produtos semimanufaturados apresentaram o pior desempenho, com um declínio de 23,4% em janeiro de 2002, contra o mesmo mês do ano anterior. Os produtos manufaturados e pro-

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan		Var.%
	2002	2001	
Básicos	863	1.006	-14,2
Industrializados	2.713	3.290	-17,6
Semimanufaturados	652	852	-23,4
Manufaturados	2.061	2.439	-15,5
Ops. Especiais	396	241	64,2
Total	3.972	4.538	-12,5

Fonte: Secex.

TABELA 6.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan		Var.%
	2002	2001	
Mat. primas e bens interm.	1.908	2.448	-22,1
Combust. e lubrificantes	374	609	-38,6
Bens de capital	1.049	1.352	-22,4
Bens de consumo	466	607	-23,2
Não-duráveis	271	294	-7,8
Automóveis	59	126	-53,2
Outros duráveis	136	187	-27,3
Total	3.797	5.016	-24,3

Fonte: Secex.

GRÁFICO 6.1
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)

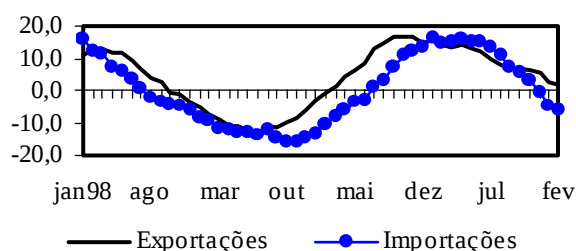
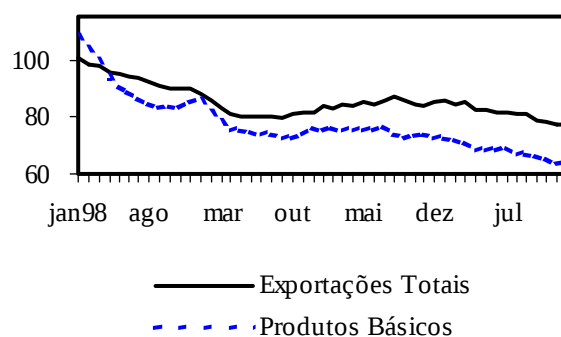


GRÁFICO 6.2
ÍNDICES DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES
FUNCEX - 1996=100



duto básicos mostraram quedas semelhantes, de 15,5% e 14,2%, respectivamente.

No que diz respeito às importações, quase todas as categorias exibiram quedas acima de 20% na comparação de janeiro desse ano com o mesmo mês do ano passado. A única exceção é a importação de bens de consumo não-duráveis, cuja redução foi de apenas 7,8%. Dentro das quedas acentuadas, o pior desempenho foi nos automóveis, seguido pela categoria de combustíveis e lubrificantes, com diminuições de 53,2% e 38,6%, respectivamente.

Preços das Exportações continuam desfavoráveis

Os preços das exportações, principalmente dos produtos básicos e semimanufaturados, continuam caindo por causa da desaceleração da economia internacional.

De acordo com a Funcex, os preços das exportações reduziram em 9,9% em janeiro de 2002, contra o mesmo mês do ano passado - ver Gráfico 6.2. Os destaques dessa diminuição foram os preços dos produtos básicos e semimanufaturados, com reduções de 11,1% e 14,7%, respectivamente, em janeiro de 2002, ante o mesmo mês de 2001.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor real dos desembolsos de recursos do BNDES apresentou uma queda de 1% no acumulado em 12 meses até janeiro de 2002 - ver Gráficos da página seguinte. A FINAME, por sua vez, registrou um crescimento real de 7% de seus desembolsos no período.

O valor das aprovações do BNDES caiu 14% em termos reais no acumulado em 12 meses até janeiro. As aprovações da FINAME apresentaram uma queda real de 10% no período.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 13% no acumulado em 12 meses até janeiro de 2002. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma queda real de 32% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

O valor real dos desembolsos do Sistema BNDES registrou o montante de R\$ 1,8 bilhão em janeiro de 2002, 14% superior ao observado em 2001, ambos a preços de janeiro de 2002 - ver Tabela 7.1.

O BNDES apresentou um crescimento real de 48% de seus desembolsos no período. Isto resultou, principalmente, da expansão real de 100% das liberações com as operações diretas. A FINAME registrou um crescimento real de 33% de seus desembolsos em janeiro de 2002, ante igual mês de 2001. A BNDESPAR, por sua vez, apresentou uma queda real de 84% de seus desembolsos no período.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 2000 pode ser observada na Tabela 7.2. Em janeiro de 2002, os destaques foram os setores de infra-estrutura e agropecuária, com crescimento real de 71% e 20%, respectivamente, de seus desembolsos, ante o mesmo mês de 2001. O setor de serviços apresentou uma expansão real de 13% de seus desembolsos no período. As liberações para a indústria de transformação, por sua vez, mantiveram-se estáveis em janeiro de 2002, contra igual mês de 2001.

Em janeiro de 2002, as liberações para a indústria de transformação registraram a maior participação - de 66% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Em R\$ milhões

Itens	2002	2001	Var. %
BNDES	830	560	48
Op. Diretas	375	188	100
Op. Indiretas	454	373	22
FINAME	920	693	33
BNDESPAR	52	330	-84
Total	1.801	1.584	14

Fonte: BNDES/GEREG.

Nota: (1) Valores de janeiro de cada ano, a preços de janeiro de 2002 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
CRESC. REAL ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

Em %

Meses	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSE. ESTRUCTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan00	-2	-26	72	-5	-8
fev	2	-25	21	32	-11
mar	-14	-9	-29	1	-15
abr	-9	-15	-30	11	-17
mai	0	-15	-48	11	-16
jun	8	-20	-34	14	-19
jul	10	-17	27	-8	-1
ago	14	-17	14	18	-3
set	20	-16	7	18	-4
out	25	0	1	11	3
nov	21	10	20	1	14
dez	30	10	15	0	12
jan/01	66	129	-44	-14	44
fev	53	64	-38	-35	23
mar	61	80	-26	-15	42
abr	56	76	-21	-17	39
mai	43	79	20	-21	41
jun	41	62	17	-23	42
jul	41	50	-30	-12	13
ago	33	55	5	-26	27
set	33	50	8	-22	26
out	31	28	11	-22	17
nov	39	17	-11	-20	5
dez	31	14	-21	-24	0
jan/02	20	0	71	13	14

Fonte: BNDES/GEREG.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Em R\$ milhões

Setores	2002	2001	Var. %	Part % 2001
TOTAL	1801	1584	14	100,0
AGROPECUÁRIA	249	207	20	13,1
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	1041	1041	0	65,7
METALURGIA	28	32	-12	2,0
MECÂNICA	95	54	75	3,4
MATERIAL DE TRANSPORTE	482	427	13	26,9
CELULOSE E PAPEL	5	335	-98	21,1
QUÍMICA, P.F., PERF., S. E VELAS	81	15	450	0,9
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	264	113	134	7,1
OUTRAS	85	66	28	4,2
INFRA-ESTRUTURA	352	206	71	13,0
SERVIÇOS	139	123	13	7,8
OUTROS	21	8	174	0,5

Fonte: BNDES/GEREG.

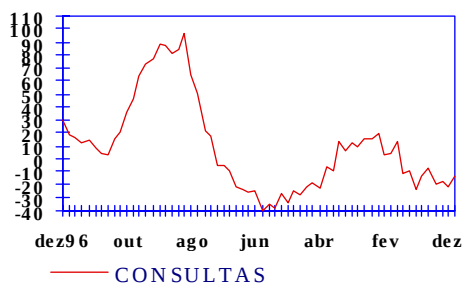
Nota: (1) Valores de janeiro de cada ano, a preços de janeiro de 2002 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês vis-à-vis acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: BNDES/GEREG.

Elaboração : AP/DEPEC/GESTE3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR. Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

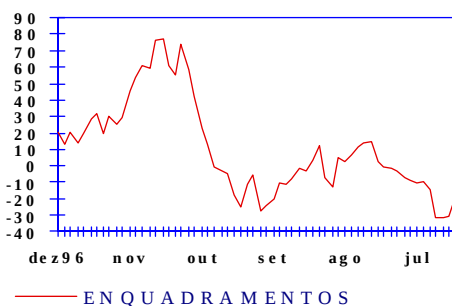


GRÁFICO 7.3

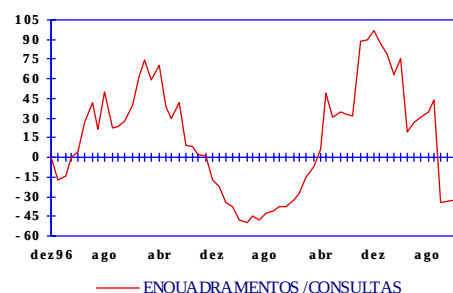


GRÁFICO 7.4

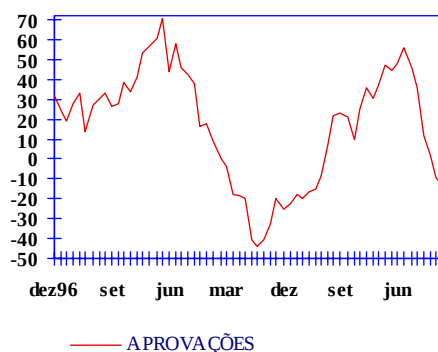


GRÁFICO 7.5

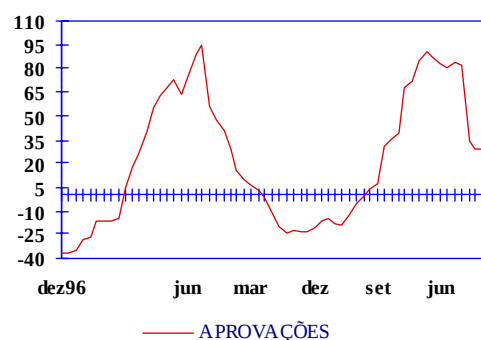


GRÁFICO 7.6

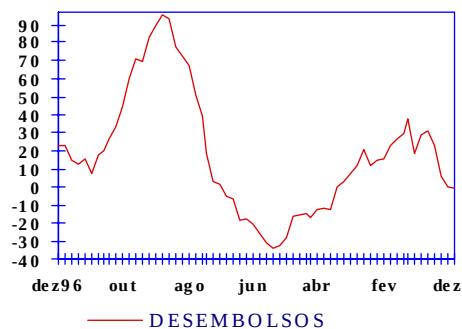
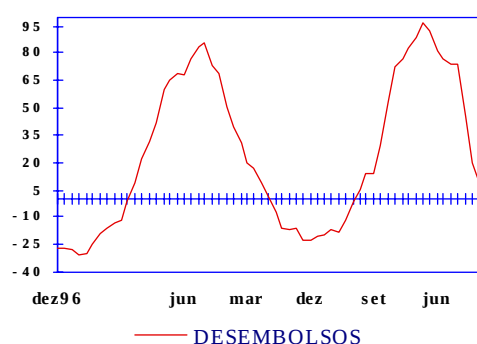


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS INDICADORES

	IGP-M/ FGV			Dólar Comercial (var.%(1))			UMBNDDES (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/01	0,62	0,62	9,28	0,80	0,80	9,35	0,47	0,47	6,38
fev	0,23	0,85	9,15	3,76	4,59	15,64	3,49	3,98	12,95
mar	0,56	1,42	9,59	5,69	10,54	23,70	3,90	8,03	17,66
abr	1,00	2,43	10,44	1,07	11,72	20,92	1,51	9,66	17,66
mai	0,86	3,31	11,04	8,02	20,68	29,19	8,21	18,67	25,33
jun	0,98	4,32	11,19	-2,33	17,87	28,05	-2,98	15,13	22,64
jul	1,48	5,87	11,09	5,48	24,33	36,99	5,66	21,64	32,79
ago	1,38	7,33	9,99	4,95	30,49	39,93	6,31	29,32	37,74
set	0,31	7,66	9,07	4,69	36,61	44,89	4,57	35,24	42,97
out	1,18	8,93	9,94	1,34	38,44	41,81	0,79	36,30	40,03
nov	1,10	10,13	10,82	-6,59	29,32	29,04	-6,76	27,08	27,07
dez	0,22	10,37	10,37	-8,24	18,66	18,66	-9,23	15,36	15,36
jan/02	0,36	0,36	10,09	4,22	4,22	22,68	3,60	3,60	18,95
fev	0,06	0,42	9,90	-2,90	1,20	14,81	-2,77	0,72	11,75

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								IED		NFSP (%PIB)		Exportações (US\$ bilhões)		Importações (US\$ bilhões)		B. Comercial (US\$ bilhões)		Saldo em C. Corrente (US\$ bilhões)	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV				Primário									
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Citibank	2,0	3,5	1,9	4,0	1,5	3,0	2,5	3,0	15,0	18,0	-3,5	-3,5	62,0	67,9	57,5	61,9	4,5	6,0	-20,7	-19,8
Fator	2,2	3,7	1,5	4,1	4,0	6,0	2,2	3,2	18,0	18,0	-3,5	-3,6	59,3	65,2	55,7	57,8	3,6	7,4	-21,9	-19,4
Garantia	-	-	-	-	-	-	-	-	16,0	21,9	-3,5	-3,5	58,8	64,0	55,8	63,0	3,0	1,0	-22,5	-26,0
JP Morgan	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-4,0	-3,0	57,5	64,6	50,4	55,0	7,1	9,6	-20,2	-18,5
Macrométrica	2,8	4,7	2,6	6,1	3,0	4,7	2,7	3,9	16,0	16,0	-2,8	-2,5	57,5	59,9	53,4	58,9	4,2	1,0	-19,0	-22,4
MCM Consultores	1,9	3,5	1,0	5,0	2,7	2,5	2,4	5,2	17,5	14,0	-3,5	-3,5	59,9	66,8	54,1	58,9	5,8	7,9	-20,4	-17,9
Rosenberg	2,0	4,0	1,1	5,3	4,3	4,0	2,3	3,2	16,0	20,0	-3,5	-3,5	57,0	62,9	53,0	56,0	4,0	6,9	-	-
Tendências	2,5	3,9	2,8	4,8	3,3	4,1	2,4	3,2	18,0	18,5	-3,5	-3,0	58,5	63,3	55,5	58,1	3,0	5,2	-22,5	-20,3
MÉDIA	2,2	3,9	1,8	4,9	3,1	4,0	2,4	3,6	16,6	18,1	-3,5	-3,3	58,8	64,3	54,4	58,7	4,4	5,6	-21,0	-20,6
DESMIO PADRÃO	0,31	0,40	0,70	0,72	0,91	1,13	0,16	0,76	1,09	2,37	0,32	0,37	1,51	2,30	2,05	2,52	1,34	2,98	1,21	2,58

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC-FIPE				IGP-M			
	mar	abr	mai	2002	mar	abr	mai	2002
Citibank	0,00	0,20	0,40	4,98	0,39	0,57	0,51	5,99
Fator	0,10	0,35	0,40	-	0,20	0,35	0,55	-
Garantia	0,30	0,10	0,20	4,70	0,40	0,80	0,50	6,20
JP Morgan	0,15	0,30	0,45	5,08	0,35	0,40	0,60	7,29
Macrométrica	0,31	0,28	0,22	4,91	0,57	0,25	0,08	3,55
MCM Consultores	0,05	0,30	0,45	4,90	-	-	-	-
Rosenberg	0,17	0,24	0,22	4,90	0,14	0,21	0,87	6,10
Tendências	0,20	0,20	0,30	4,40	0,20	0,20	0,60	6,00
Média	0,16	0,25	0,33	4,84	0,32	0,40	0,53	5,86
Desvio Padrão	0,11	0,08	0,11	0,22	0,15	0,22	0,23	1,23

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIP E)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/01	0,57	0,38	0,62	0,49	0,40	0,78	0,14	1,95	1,97	2,14
fevereiro	0,46	0,11	0,23	0,34	0,31	0,31	0,04	2,00	2,05	2,14
março	0,38	0,51	0,56	0,80	1,01	0,27	0,17	2,09	2,16	2,21
abril	0,58	0,61	1,00	1,13	1,39	0,48	0,15	2,19	2,18	2,25
maio	0,41	0,17	0,86	0,44	0,18	0,49	0,18	2,30	2,36	2,55
junho	0,52	0,85	0,98	1,46	1,96	1,59	0,15	2,38	2,30	2,52
julho	1,33	1,21	1,48	1,62	1,93	1,89	0,24	2,47	2,43	2,59
agosto	0,70	1,15	1,38	0,90	1,13	1,05	0,34	2,51	2,55	2,63
setembro	0,28	0,32	0,31	0,38	0,48	0,75	0,16	2,67	2,67	2,79
outubro	0,83	0,74	1,18	1,45	1,88	1,94	0,29	2,74	2,71	2,82
novembro	0,71	0,61	1,10	0,76	0,73	0,65	0,19	2,54	2,53	2,64
dezembro	0,65	0,25	0,22	0,18	-0,09	-0,32	0,20	2,36	2,32	2,60
Acum. Ano	7,67	7,13	10,37	10,40	11,88	10,31	2,27	-	-	-
jan/02	0,52	0,57	0,36	0,19	-0,13	-0,32	0,26	2,38	2,42	2,57
fevereiro	-	-	0,06	-	-	-	0,12	2,42	2,35	2,48
Acum. Ano	0,52	0,57	0,42	0,19	-0,13	-0,32	0,38	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) ⁽¹⁾

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/01	15,10	0,02	0,64	-2,85	-2,44	0,18	0,38
fev	-10,28	0,31	0,79	2,35	-0,23	3,52	0,74
mar	-9,65	0,11	0,69	0,83	2,69	5,10	0,39
abr	2,29	-0,34	0,19	2,89	0,80	0,07	0,04
mai	-2,64	-0,18	0,47	11,21	12,36	7,10	0,27
jun	-1,58	-0,33	0,29	-1,44	-2,14	-3,28	0,11
jul	-6,91	-0,73	0,01	-1,46	1,28	3,94	-0,28
ago	-7,92	-0,53	0,21	2,63	0,16	3,52	0,00
set	-17,42	0,36	1,02	13,16	5,76	4,37	0,75
out	5,60	-0,38	0,35	-5,55	-0,10	0,16	0,08
nov	12,55	-0,40	0,29	-8,18	-7,40	-7,61	0,01
dez	4,76	0,48	1,17	-2,49	-1,73	-8,44	0,89
Acum. no ano	-19,40	-1,61	6,29	9,42	8,05	7,50	3,43
jan/02	-6,64	0,40	1,17	5,20	-1,89	3,84	0,83
fev	10,25	0,56	1,19	0,16	-3,18	-2,96	1,17
Acum. no ano	2,93	0,96	2,37	5,37	-5,01	0,77	2,01

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO ⁽¹⁾

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicata(4)	Export notes(3)(7)	ACC(3)	Repasse do BNDES(5)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan01	9,25	5,45	32,90	8,82	3,10	10,26	8,19	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,15	27,52	8,05	2,65	14,75	7,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	4,75	32,60	8,41	3,11	-	7,20	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	9,25	4,42	31,72	9,09	3,02	15,93	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	3,99	35,82	22,02	3,32	16,46	7,12	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	3,94	32,06	14,78	3,03	20,43	6,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	9,50	3,73	37,81	9,32	3,55	20,11	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	3,50	43,39	6,29	3,85	23,99	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	2,99	38,37	6,09	3,15	24,00	6,66	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	10,00	2,29	43,58	5,79	3,80	3,42	6,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	2,05	36,36	7,37	3,29	11,14	6,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	1,93	35,66	6,61	3,28	8,25	5,86	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan	10,00	1,87	41,31	4,52	3,65	5,45	5,58	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
fev(6)	-	1,96	31,92	5,63	3,01	10,76	5,71	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Capital de giro, Res.63, export notes, ACC e desconto de duplicatas: valores referentes a 15/02/02.(7) As significativas variações das taxas deste item nos últimos meses resultam de questões metodológicas referentes ao número de instituições pesquisadas. Para mais informações, consultar o SISBACEN.